

PROPOSTA DE CATALOGAÇÃO PARA ACERVO DE INDUMENTÁRIAS DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO

Maria Cristina Palhares

Docente do curso de Biblioteconomia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP).
E-mail: crikapv@yahoo.com.br

Andréa de Benedetto Silva

Bacharel em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI), MBA em Gestão Tecnologia da Informação e pós-graduação em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera de São Paulo.
E-mail: a_benedetto@hotmail.com

Fábio Moreira de Oliveira

Doutorando em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do curso de Biblioteconomia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI), no Instituto Colmeia a Serviço da Juventude e consultor técnico na FM treinamentos e palestras.
E-mail: fnaby1@hotmail.com

Recebido em: 29/05/2019

Aceito em: 23/07/2019

RESUMO

Este artigo aborda a representação descritiva para a organização de uma coleção de indumentárias no Museu da Imigração do Estado de São Paulo. O objetivo visa apresentar uma proposta de catalogação, a partir de uma peça de indumentária, baseando-se em dados fornecidos pela analista de documentação do museu, utilizando os princípios da IFLA e o código RDA (*Resource Description and Access*), a fim de contribuir com a recuperação da informação de forma mais detalhada e eficaz para o pesquisador. A metodologia utilizada consiste no levantamento bibliográfico acerca da história da catalogação, que ampara alguns conceitos e definições sobre indumentária; e um estudo de campo *in loco*, para a verificação do acervo composto por, aproximadamente, 700 peças de indumentárias, entre acessórios e roupas. O aporte teórico que sustenta a pesquisa inclui autores do campo da Ciência da Informação, História e História da Moda, como Mey, Silveira, Barbosa, Braga e Cotrim.

Palavras-chave: Representação Descritiva. RDA (*Resource Description and Access*). Museu da Imigração. Indumentária.

PROPOSAL FOR CATALOGING CLOTHING HOLDINGS SUMMARY OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION

ABSTRACT

This article deals with the descriptive representation for the organization of a collection of clothes in the Museum of Immigration of the State of São Paulo. The objective is to present a proposal for cataloging, from a piece of clothing, based on data provided by the museum's documentation analyst, using IFLA principles and the Resource Description and Access (RDA) code, in order to contribute with the retrieval of information in a more detailed and effective way for the researcher. The methodology used consists of a bibliographical survey about the history of cataloging, which supports some concepts and definitions about clothing; and an on-site field study, for the verification of the collection composed of approximately 700 pieces of clothing, among accessories and clothing. The theoretical support that supports the research includes authors from the field of

Information Science, History and History of Fashion, such as Mey, Silveira, Barbosa, Braga and Cotrim.

Keywords: Descriptive Representation. RDA. Museum of Immigration. Clothing.

1 INTRODUÇÃO

O processo de catalogação faz parte da atividade cotidiana da maioria dos bibliotecários e, também, dos profissionais da área de museologia. Na biblioteconomia a catalogação surgiu juntamente ao aparecimento das bibliotecas na antiguidade, caracterizando a necessidade de organizar as informações, originando os primeiros catálogos. Porém, a catalogação como conhecemos ganha *status* no início no século XIX, principalmente quando ocorreu a “Batalha das Regras”, iniciada em 1839, com a publicação das 91 regras elaboradas por Panizzi, que criou um movimento com a participação de diversos estudiosos da área.

De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 7):

Catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou cibernéticos, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Há algumas diferenças entre a catalogação feita em bibliotecas e em museus. A catalogação na área da biblioteconomia tem por objetivos a identificação do item, e a sua localização no acervo, não exige uma descrição detalhada. Na área da museologia, a catalogação é uma descrição detalhada do item, um registro de toda a biografia do item, de todas as características físicas pormenorizadas, servindo como fonte de informação para pesquisa, além da identificação e localização no acervo.

Sabe-se que o bibliotecário tem papel fundamental na organização e disseminação da informação, podendo atuar em diversas unidades de informação, incluindo museus, onde pode aplicar a representação descritiva na análise de uma coleção de indumentárias, a fim de organizá-las adequadamente para a compreensão do público que visita um museu dessa especialidade.

Entretanto, esse profissional precisa se apropriar de alguns conhecimentos, como: a evolução da roupa e qual era sua importância para a época ou períodos históricos;

catalogação de acervos de bibliotecas; história do museu; identificar as informações relevantes à realização da catalogação de uma indumentária e, por último, elaborar a proposta de catalogação de uma peça de indumentária, utilizando a norma RDA.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo, local escolhido para a realização do estudo, tem como missão promover o conhecimento e a reflexão sobre as (i)migrações humanas. Foi fundado na antiga Hospedaria do Imigrante, que recebia pessoas em busca de novas oportunidades e que trouxeram consigo memórias, objetos pessoais e, principalmente, sua cultura. O museu tem um espaço amplo, que inclui a área de exposições e um espaço reservado, onde ocorrem as atividades técnicas, entre elas a documentação das peças do acervo. O acervo do museu é composto por diversos objetos, móveis, maquinários, fotografias, documentos, indumentárias, entre outros.

A constituição do artigo teve como base: pesquisas exploratória e bibliográfica, visita técnica ao Museu da Imigração, onde foi possível compreender o trabalho da analista de documentação, com quem foi possível, por meio de uma conversa informal, conhecer as áreas reservadas do local, como a reserva técnica e a sala de documentação e catalogação. E a contribuição teórica se deu a partir de autores da área, como Braga, Nery, Laver, Mey e Barbosa, entre outros de campos interdisciplinares.

2 INDUMENTÁRIA

A indumentária está presente no cotidiano do ser humano desde a Pré-história. Porém, para compreender o que é uma indumentária é necessário verificar sua definição tanto em dicionários de língua portuguesa, como em dicionários especializados.

Indumentária: 1 arte relacionada com vestuário 2 história do vestuário ou de hábitos relacionados com o traje em determinadas épocas, local, cultura etc. 3 conjunto de vestimentas usada em determinada época ou por determinado povo, classe social, profissão etc. 4 o que uma pessoa veste; roupa, indumento, induto, vestimenta. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1076).

Outro termo relacionado à indumentária é o figurino, definido como:

Figurino: 1 desenho, projeto, modelo de indumentária, geralmente confeccionado por profissionais de alta costura, e, conseqüentemente, valorizado socialmente como a última palavra em moda 2 conjunto dos

modelos de indumentária recomendados pela moda de uma época e região. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 894).

Em um dicionário de moda, encontra-se a seguinte definição:

Indumentária: conjunto de roupas, calçados e acessórios usados pelos diversos povos nos diferentes momentos da História da Humanidade. O estudo da indumentária, decorativa ou simplesmente adotada como proteção ao corpo, traduz os usos e costumes dos incontáveis povos do planeta, mostrando suas origens e relacionando-os aos inúmeros séculos vividos por homens e mulheres. A partir do final do século XVII, a indumentária e a moda passam a caminhar juntas. (SABINO, 2007, p.340).

Percebe-se que as definições, dos autores acima, complementam, considerando-se que a indumentária possibilita o acesso ao conhecimento da cultura de um povo e o seu contexto histórico. Para entender esse contexto, julga-se necessário verificar como os indivíduos e suas vestimentas evoluíram durante a história da humanidade.

Atualmente, algumas companhias de teatro e dança, museus entre outros mantêm em suas coleções peças de vestimentas e acessórios, pois estas podem ser vistas como um código de identidade de uma nação, revelando como esses grupos pensavam e se relacionavam.

No exterior há museus dedicados exclusivamente a indumentárias e figurinos, como o Museu Nacional do Traje em Lisboa, Portugal; o Museu da Moda e dos Costumes – Pallais Galliera em Paris, França; o Instituto do Traje de Kyoto, no Japão entre outros.

No Brasil, alguns teatros e companhias de espetáculos também armazenam e organizam suas coleções de indumentárias e figurinos; o Museu da Imigração de São Paulo tem uma coleção de peças de roupas relacionadas aos imigrantes; o Centro Cultural Teatro Guaíra organizou uma exposição com figurinos de ballet; o Teatro Municipal de São Paulo possui um acervo de figurinos etc. Ainda algumas instituições de ensino, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) mantêm peças de indumentárias, isso se deu pela criação dos primeiros cursos de moda na década de 1980. A UFSC mantém um Laboratório de Figurinos; o SENAC, antecipando-se a uma decisão do MEC, criou sua Teciteca, em 1993, que se transformou no espaço Modateca, em 1998; e a UDESC, desenvolveu o projeto Modateca, em 2003, que exerce funções essenciais e específicas, servindo como instrumento educador, cultural e social.

Desde a Pré-história até a contemporaneidade, a indumentária acompanha as transformações físicas e biológicas sofridas pelo ser humano, caracterizando os aspectos culturais de cada época (COTRIM, 2001), representando as conquistas culturais, sociais e materiais, por meio de práticas relevantes para a humanidade, como a descoberta do fogo; desenvolvimento de técnicas para a construção de habitações e objetos, para o desenvolvimento da agricultura; a invenção da eletricidade; a pesquisa científica, entre outros (MORAES, 2000).

A vestimenta na antiguidade, de acordo com Braga (2004), evoluiu de material vegetal, para peles de caça e, posteriormente, para a fabricação e utilização de tecidos, só não se sabe ao certo se começou a ser usada por pudor, adorno ou proteção; mas, cobrir o corpo se tornou uma necessidade, principalmente pelos fatores climáticos e ambientais.

O termo moda, enfatiza Dantas ([201-]) surgiu em meados do século XV, no início do renascimento europeu, e provém do latim *modus*, que significa costume. Neste período, foram criadas leis que restringiam tecidos e cores somente aos nobres. Os burgueses da época não podiam se vestir como os nobres e foram obrigados a criarem um estilo diferenciado.

Braga (2004) sinaliza que, no século XVI, a indústria têxtil passou por uma evolução, surgiram os tecidos de primeira qualidade, como veludo, seda, cetim etc., produzidos na Itália. Cada país tinha seu modo de se vestir, mas com alguma similaridade, pois influenciavam uns dos outros.

A moda evoluiu de acordo com a história e a descoberta de novas tecnologias, indo de uma necessidade física, proteger-se do frio, para demonstração de status e, posteriormente, para um código de identidade.

Anteriormente a evolução da indumentária ocorria de modo lento, os que detinham o poder ditavam a moda, no século XXI, essa tendência foi modificada, a moda começa a buscar inspiração nas pessoas comuns, além disso, é inspirada em tendências passadas, uma releitura do que estava em alta em outros momentos da história.

O surgimento das coleções de indumentárias em museus e a criação dos cursos de graduação fazem com que os profissionais da área da informação prestem a atenção nessa área. Percebe-se que as roupas e acessórios deixaram de ser apenas peças de época, eles ganham um caráter informacional, por meio deles é possível retratar diversas características, como por exemplo, um período histórico, uma nação, uma cultura etc.

Mostrou-se necessário desenvolver formas de organizar e ordenar esses objetos, os profissionais da Ciência da Informação, por meio da representação descritiva podem desenvolver manuais específicos para catalogação dessas peças, principalmente das indumentárias, objeto desta investigação.

3 MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O estado de São Paulo é constituído por pessoas de variadas regiões e etnias, migrantes que vieram de outros estados brasileiros e de outros países em busca de novas oportunidades. Quando chegaram por aqui, além da vontade de mudar de vida, trouxeram em suas bagagens seus pertences e uma vasta herança cultural.

Para Machado, Alves e Fortim (2014), durante o século XIX e XX, migrantes de países sul-americanos vieram para São Paulo, desembarcaram no porto de Santos e seguiram de trem para cidade de Jundiaí; com a chegada dos trilhos do trem da São Paulo Railway à capital, a estação do Brás foi inaugurada no ano de 1867. As autoridades perceberam que havia a necessidade de construir um local que recebesse essas pessoas, justificando a fundação da Hospedaria de Imigrantes.

Figura 1 – Hospedaria do Imigrante



Fonte: Museu da Imigração, [2016].

A Hospedaria dos Imigrantes foi construída no ano de 1886 e inaugurada em 1887. Durante 91 anos de funcionamento, o local recebeu e auxiliou milhares de migrantes, além de hospedagem, eles recebiam tratamento médico e odontológico, tinham serviços de

correio e telégrafo, contavam com refeitório, lavanderia, um posto policial e uma Agência Oficial de Colonização e Trabalho, que os ajudava a achar uma colocação profissional.

Segundo o site do Governo do Estado de São Paulo ([2016a]), no ano de 1982, o conjunto arquitetônico que constituía a Hospedaria foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CDPHAAT). Em 1993, foi criado o Museu da Imigração, que passou a administrar o acervo do Centro Histórico do Imigrante. Depois de 17 anos de funcionamento suas atividades foram cessadas para restauração do prédio. Sua reinauguração ocorre quatro anos depois, em 2014, e passa a ser denominado Museu da Imigração do Estado de São Paulo (MI).

Figura 2 – Museu da Imigração



Fonte: Museu da Imigração, [2016].

O MI faz parte do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), uma instância da Secretária da Cultura do Estado de São Paulo, cujo objetivo é “promover a qualificação e o fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do acervo museológico do Estado”. De acordo com a Secretária de Cultural, num levantamento realizado em 2010, havia 415 museus no Estado de São Paulo, sendo alguns, instituições privadas (SÃO PAULO [2016b]).

A gestão do MI é realizada, desde 2011, por uma organização social, a entidade Instituto de Preservação e Difusão do Café e Imigração, criada em 1998, a Associação dos Amigos do Museu do Café (AAMC), com os objetivos de impulsionar o desenvolvimento do Museu do Café, em Santos (SP) e posicioná-lo como o principal responsável pela preservação e divulgação da história do produto no Brasil e no mundo (ABRAOSC [2016]).

O website do MI disponibiliza a sua missão, os valores e os objetivos:

Missão: Promover o conhecimento e a reflexão sobre as migrações humanas, numa perspectiva que privilegie a preservação, comunicação e expressão do patrimônio cultura de nacionalidade e etnias que contribuem para diversidade da formação social brasileira.

Valores: Consolidar a posição de referência nacional e internacional como museu e centro de pesquisa e referência sobre movimentos migratórios no Brasil.

Objetivos: - Garantir que os recortes temático, cronológico e geográfico definidos no projeto curatorial sejam abordados de forma interativa nas ações de comunicação da instituição, com uso de uma linguagem de fácil entendimento por diferentes públicos.

- Apresentar, de forma contextualizada, o acervo museológico representativo para cada temática elencada.

- Proporcionar diferentes visões sobre as temáticas do Museu, de modo que o público tenha possibilidade de formar uma opinião crítica sobre os temas.

- Criar canais efetivos de participação das comunidades junto aos programas do Museu ([2016a]).

O MI dispõe de uma infraestrutura, com jardim, auditória, loja, cafeteria e um espaço para os visitantes tirarem fotos caracterizados com roupas de época. A instituição oferece ao público uma gama de atividades, entre eles cursos e eventos. Possui exposições, de longa duração, temporárias, interativas e virtuais, e anualmente promove a Festa do Imigrante, que apresenta para seus visitantes, a gastronomia, a arte, a música e a dança de diversas nacionalidades. Além desses eventos, a instituição tem um acervo de história oral, um acervo virtual com diversos documentos e o Centro de Preservação, Pesquisa e Referência (CPPR).

O CPPR, de acordo com o site do MI [(2016a)], atua com outros departamentos e realiza parcerias com instituições externas. As principais funções da CPPR são a salvaguarda, a pesquisa e a difusão de materiais relacionados à missão do MI. Realiza atividade de gestão do acervo do MI, desenvolve pesquisas e identifica, organiza e difunde referências patrimoniais da migração em São Paulo.

3.1 NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO

Um dos núcleos do MI é o Núcleo de Preservação, trata-se de uma divisão administrativa interna do museu, que está dentro da área técnica e compreende as atividades de documentação museológica, conservação, documentação arquivística e biblioteca. É formado por cinco profissionais que exercem as seguintes funções: analista de documentação, bibliotecária, analista de documentação arquivística, analista de conservação e uma técnica de conservação.

O Núcleo, segundo o Plano Museológico ([201-] p.53), tem como responsabilidades:

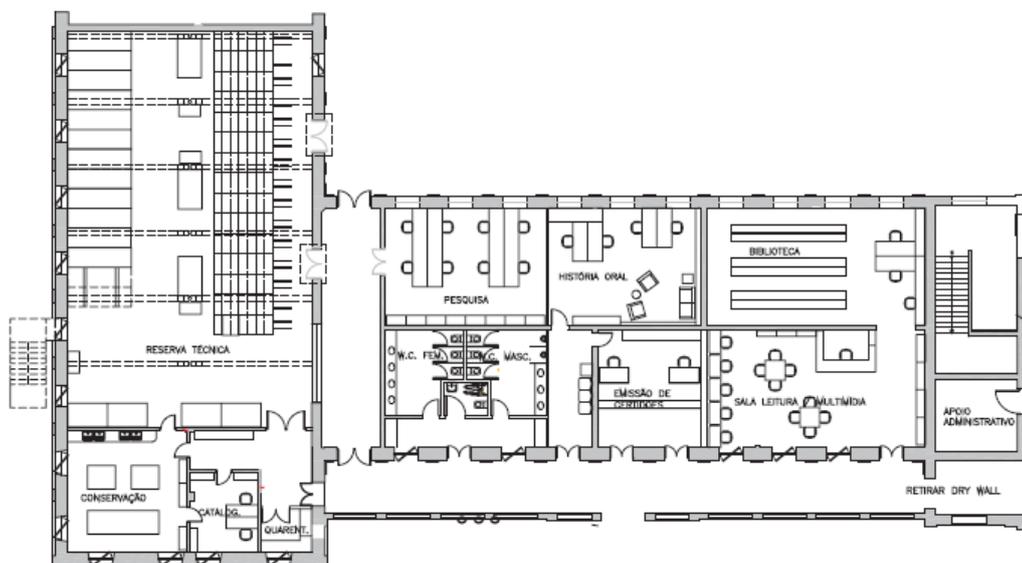
É responsável pelo desenvolvimento das diversas atividades ligadas ao acervo: catalogação, empréstimos, planejamento de aquisições, elaboração e preparação de futuras exposições, conservação preventiva e higienização, além de ser um elo agregador da instituição.

O espaço foi projetado seguindo os padrões museológicos internacionais. O acesso a esse ambiente é restrito, a área possui áreas contíguas, formada pela: reserva técnica, espaço de 244m², onde ficam os objetos que fazem parte da coleção do MI; sala de conservação e processamento do acervo, possui aproximadamente 38m², é destinado ao recebimento de peças e manuseio quanto à conservação preventiva, guarda provisória de obras, higienização primária, confecção de pequenos suportes, apoio aos serviços de documentação e museologia etc.; sala de catalogação e documentação, tem 13m², nessa área é feito todo o processamento museológico, que inclui os serviços de catalogação e o processamento do acervo; e a sala de quarentena, espaço com 5,25 m², onde ficam as peças doadas ou que estão voltando de exposição, nesse local são feitas as análises dos materiais e determinado se será necessário ou não a desinfestação dos mesmos (SÃO PAULO [201-]).

O Núcleo atua junto aos setores administrativos, técnicos e a reserva técnica. A imagem a seguir é um mapa do espaço físico, disponível no Plano Museológico do MI:

Figura 3 – Espaços Físicos – MI

Espaços Físicos



Fonte: Plano Museológico, ([201-]).

Conforme informações obtidas, durante a visita técnica realizada, com a analista de documentação, Santesso, o acervo do MI é constituído por peças que pertenceram à Hospedaria dos Imigrantes e aos órgãos públicos, que administraram o espaço do Museu. Algumas peças também foram doadas, inclusive por familiares de imigrantes que passaram pela Hospedaria. Atualmente o acervo está passando por um inventário e acredita-se que tenha aproximadamente 12.000 peças, entre mobiliários, obras de arte, maquinários, acessórios, indumentárias etc.

As peças são avaliadas pela analista de conservação, após a análise é realizado, pela analista de documentação, um arrolamento inicial, que é uma documentação primária que precede a catalogação. Informações consideradas essenciais são anotadas em uma planilha desenvolvida pela equipe de analistas do núcleo, com base no manual de procedimentos Spectrum 4.0, e são retiradas fotos do objeto, para posteriormente ser feita a catalogação, pela analista de documentação, no novo sistema In Patrimonium.net.

Na tabela 1 estão os dados sobre o registro da peça, números atribuídos a ela anteriormente, data do inventário, responsável pelo inventário, descrição e medidas da peça.

Tabela 1 – Modelo de Tabela de Arrolamento Inicial – Parte 1

Nº Livro Tombo	Nº Inventário	Nº AcerSys	Data de inventário	Inventariantes	Componentes (descrição e quantidade)	Medidas
T00000 ; Registro do nº do Livro Tombo, se houver	MI00000 ; Registro do nº de inventário	o0000000 ; registro do número de registro do banco de dados Acercvys	00/00/00	Nome completo do responsável pelo registro de inventário	Quantidade e descrição do componente, quando se tratar de objeto composto.	0 x 0 x 0

Fonte: Santesso. Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2016).

Na segunda parte da tabela, há a continuidade sobre as medidas, uma breve descrição da peça, tipo de material, técnica empregada na confecção e detalhes de inscrições.

Tabela 2 – Modelo de Tabela de Arrolamento Inicial – Parte 2

Tipo Medida	Descrição sumária	Materiais	Técnicas	Inscrições	Inscrições	Inscrições	Inscrições
AxL ; AxLxP ; AxD	Breve descrição do objeto	Registro dos materiais existentes no objeto (Lista controlada)	Registro dos processos técnicos utilizados na produção do objeto (Lista controlada)	Qualquer escrito existente no objeto			

Fonte: Santesso. Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2016).

As tabelas 3 e 4 contêm os dados de origem da peça, como e quando ela foi adquirida pelo Museu, dados do fornecedor e do fabricante, classificação atribuída ao objeto e dados sobre estado de conservação.

Tabela 3 – Modelo de Tabela de Arrolamento Inicial – Parte 3

Inscrições	Inscrições	Origem	Data	Doador	Nº de Processo	Classificação	Fabricante
Qualquer escrito existente no objeto	Qualquer escrito existente no objeto	Local de produção do objeto	Data de produção do objeto ; 00/00/00	Nome completo da pessoa responsável pela doação do objeto	Nº de processo de doação SEC.	Tipologia atribuída ao objeto (Lista controlada)	Fabricante do objeto, quando houver

Fonte: Santesso. Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2016).

Tabela 4 – Modelo de Tabela de Arrolamento Inicial – Parte 4

Designação	Conservação	Descrição	Guarda_Higienização	Integridade	Funcionamento	Notas	Data da avaliação	Responsável pela avaliação
Nome atribuído ao objeto (Lista controlada)	Indicação do estado do objeto ; bom, regular ou ruim	Descrição breve sobre o estado de conservação do objeto	Descrição dos cuidados com a guarda e higienização do objeto	Informação sobre se o objeto está completo ou incompleto	Informação sobre se o objeto está operacional ou não operacional.	Registro de informações adicionais	Data da avaliação de conservação	Responsável pela avaliação de conservação

Fonte: Santesso. Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2016).

O In Patrimonium.net é um banco de dados desenvolvido pela empresa portuguesa Sistemas do Futuro, utilizado para catalogação do acervo dos museus da Secretária da Cultura do Estado de São Paulo. O sistema permite configurar níveis de acesso e inserir imagens, a consulta pode ser feita de forma geral ou com a utilização de filtros, geralmente são feitas por denominação, doador e origem. Apenas os funcionários das instituições, que utilizam o banco de dados, tem acesso aos registros. Conforme informações da analista, futuramente todas as pessoas poderão consultar as informações disponíveis na base.

Para auxiliar no serviço diário da equipe do núcleo museológico, foram desenvolvidos diversos manuais de uso interno, como o de formação de acervo, onde são definidos campos considerados importantes para descrição do objeto. Eles ainda, utilizam o manual *Spectrum 4.0*: padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido e a Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus.

A sra. Luciane também informou que atualmente a coleção de indumentária do MI está em fase de inventário, ela acha que há cerca de 700 peças. Para realizar o inventário, os campos principais que procuram preencher são número de inventário, outros números, origem, data, medidas, material, técnica, denominação, descrição, inscrições, responsáveis (fabricante) e é realizado também um diagnóstico de conservação, pela conservadora responsável do museu.

De acordo ainda com a analista, há informações que estão presentes no próprio objeto e outras que a equipe busca encontrar na sua documentação de entrada ou se necessário em fontes externas. Os objetos que já foram inventariados estão ganhando novos acondicionamentos mais adequados a suas estruturas e novas etiquetas que identificação, inclusive futuramente querem inserir a imagem do objeto na própria etiqueta, uma forma de evitar o manuseio excessivo.

Na museologia, assim como na biblioteconomia, a catalogação é um processo importante, para organização, controle e inventário dos objetos. Por meio da catalogação e da inserção dos dados na base de dados, os analistas conseguem ter controle das peças existentes na coleção, o que facilita muito o trabalho de todas as equipes do museu, pois eles sabem o que tem na reserva técnica e qual estrutura que terão que usar para fazer uma exposição, ou emprestar a peça para outra instituição.

4 CATALOGAÇÃO

O ser humano tem a necessidade, desde a Pré-história, de registrar acontecimentos vividos, tanto o quanto de catalogá-los. Entretanto, criou códigos e mecanismos de realizar a catalogação de situações ocorridas e objetos de seu cotidiano.

De acordo com Barbosa (1978, p. 30), catalogação é: “O processo técnico do qual resulta o catálogo, é a linguagem de descrição bibliográfica, que só poderá ser um bom instrumento de comunicação à medida que for normalizado”.

Entretanto, para Mey (1995, p. 5), catalogação é definida como:

O estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008 p.70), “em sentido mais amplo, a catalogação abrange não somente a descrição bibliográfica, mas também a análise temática com seus produtos”.

Percebe-se que o conceito de catalogação se alterou no decorrer do tempo, assim como a catálogos e as tecnologias utilizadas no processo de catalogação, a seguir verificaremos como ocorreram essas mudanças no decorrer da história, que será verificada na seção a seguir.

4.1 HISTÓRICO

A história da catalogação, para Alves e Santos (2013), divide-se em períodos: Pré-tipográfico, vai da Antiguidade à Idade Média; Tipográfico, ocorreu na Idade Moderna; Semi-mecanizado; Mecanizado; Automatizado e Tecnologia de rede e web, todos aconteceram na Idade Contemporânea.

As primeiras bibliotecas foram criadas na Antiguidade, elas eram depósitos de informações, inicialmente registradas em suportes de materiais minerais, os blocos de argila, e posteriormente, em suportes animais e vegetais, os pergaminhos e o papiro.

Na Idade Média apareceram as bibliotecas monásticas, os monges copiavam os manuscritos, não se sabe se o intuito era apenas mantê-los ocupados ou se era para instrução, mas, essa atividade foi responsável pela preservação da cultura antiga em toda a Europa.

Neste período, conforme Alves e Santos (2013, p.162), as principais contribuições para a construção das catalogações foram: “as listas de obras de bibliotecas medievais, catálogos dos mosteiros; as notas indicativas das obras; os catálogos de bibliotecas; a organização nas estantes e os pontos de acesso”.

Mey e Silveira (2009) apontam que na Idade Moderna, com a invenção da prensa de Gutenberg, ocorreu um aumento no número de publicações, levando ao surgimento de bibliotecas particulares. No século XVI, de acordo com Barbosa (1978), percebeu-se a

necessidade da criação de normas para organização dos catálogos, que passaram a ser impressos, porém as regras não foram criadas por bibliotecários, mas sim por bibliógrafos e livreiros, como Konrad Gesner, Andrew Maunsell entre outros, cujo interesse, muitas vezes, era organizar seus próprios catálogos, que começaram apresentar remissivas, ordem cronológica e índices alfabéticos.

Conforme Mey e Silveira (2009), outra mudança ocorreu durante a Revolução Francesa, quando os revolucionários confiscaram as bibliotecas privadas e do clero, transformando-as em bibliotecas públicas, “o que os obrigou a estabelecer, em 1791, normas para sua organização: o primeiro código nacional de catalogação.” (p. 69). Desenvolveram também os catálogos em fichas, confeccionados em cartas de baralho, devido à falta de papel.

Fatos considerados relevantes na história da catalogação aconteceram no século XIX, muitos bibliotecários publicaram estudos sobre catalogação que influenciaram a prática moderna da representação descritiva. Em 1839, Barbosa (1978, p. 27) explica que houve na Inglaterra o movimento conhecido como “Batalha das Regras”. Anthony Panizzi elaborou o “primeiro código de catalogação propriamente dito”, eram 91 regras que foram aplicadas aos catálogos do Museu Britânico. O uso das regras foi aprovado em 1841, após isso influenciaram o trabalho de pesquisa de outros estudiosos do assunto.

Segundo Barbosa (1978, p. 28), Charles Ami Cutter foi a “figura mais brilhante do século XIX”. Conhecido pela tabela de nomes, em 1876, Cutter publicou suas *Rules for dictionary catalog*, com 369 regras minuciosas, que incluíam normas para entrada por autor, título, parte descritiva, cabeçalhos de assunto, alfabetização e arquivamento de fichas.

Mey e Silveira (2009) destacam que Cutter determinou os objetivos do catálogo e ditou a visão do catalogador, toda a catalogação era realizada pensando-se no usuário. Suas regras influenciaram a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009).

Em 1901, a *Library of Congress* (LC) começou a imprimir e vender suas fichas, promovendo uma padronização da catalogação, já que todas eram rigorosamente iguais. Em 1908, a *American Library Association* (ALA) com a colaboração a *Library Association* (LA), da Inglaterra, publicou seu código, *Cataloging rules: author and title entries*, feito com base nas regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC (MEY; SILVEIRA, 2009).

Na contemporaneidade, Alves e Santos (2013) apontam que não foram apenas as regras de catalogação que se alteraram, mas ocorreu uma considerável mudança no uso estratégico com inclusão das tecnologias, o período semi-mecanizado foi até o final do século XX. Neste período surgiram os catálogos impressos, fichas datilografadas e a esterotipia para a duplicação de fichas catalográficas.

As tecnologias que surgiram nesse momento da história da catalogação, o chamado período mecanizado, foram as fichas confeccionadas mecanicamente, a reprodução mecânica de fichas, os perfuradores mecânicos, as fitas magnéticas e as microfichas (ALVES; SANTOS, 2013).

Conforme Barbosa (1978), Alves e Santos (2013), uma das soluções, para elaboração de catálogos e serviços de bibliotecas e afins, era o computador, surgiu assim mais uma inovação na tecnologia utilizada na catalogação, o período Automatizado, além do computador, construíram os bancos de dados para processamento da informação, o armazenamento nos discos rígidos e as representações geradas automaticamente.

Em 1965, foi lançado pela LC, o projeto *Machine Readable Cataloging* (MARC), uma linguagem padrão para troca de informações bibliográficas. Conforme Mey e Silveira (2009), depois algumas atualizações, em 1999 surgiu o MARC 21, formato para o século XXI, voltado para o uso internacional.

Barbosa (1978) ainda explica que, após a Conferência de Paris percebeu-se a necessidade de elaborar um novo código internacional de catalogação. A ALA, a LA e a Canadian Library Association se uniram e publicaram, no ano de 1967, o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR). Traduzido para vários idiomas, o AACR foi amplamente divulgado e adotado na maioria dos países.

Uma segunda edição do AACR foi publicada em 1978, a AACR2. Dez anos depois, uma segunda edição do AACR2 foi editada, sendo conhecida como o AACR2R, e até 2005 surgiram várias emendas e revisões. No Brasil, desde 1976 ficou determinado pela Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB), a adoção do AACR, pelo seu caráter internacional (MEY; SILVEIRA, 2009).

Monteiro (2003) menciona que, como ainda havia divergências sobre a padronização da catalogação, em 1969, na cidade de Copenhague, aconteceu a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), cujo principal objetivo era a padronização da catalogação descritiva. Na reunião ficaram decididas resoluções como: a

criação de grupos de trabalho para estudar problemas de autoria coletiva; a criação de um sistema de permuta de informações; e a criação de uma Secretaria de Catalogação.

Ainda na RIEC, de acordo com Mey e Silveira (2009), Michael Gorman, especialista em catalogação, apresentou a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), documento que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), em 1971, publicou a proposta de Gorman, a ISBD(M), destinado para monografias. Na década de 1990, tinham nove ISBDs, a IFLA organizou um grupo de revisão, com o objetivo de adequá-las aos requisitos funcionais de registro bibliográficos, o modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR). No ano de 2008 as ISBDs foram publicadas numa única obra, *ISBD: International Standard Bibliographic Description – consolidated edition*.

Em 2004, uma nova comissão foi criada para revisar o AACR2. A revisão provocou mudanças que resultaria, em 2005, em um novo código, o *Resource Description and Access* (RDA), considerado sucessor do AACR2 (MEY; SILVEIRA, 2009).

Segundo Oliver (2011, p. 21), mesmo a RDA mantendo fortes relações com a AACR2, ela diferiu devido sua estrutura teórica, ter sido projetada para o ambiente digital e por ser mais abrangente. O autor ainda nos diz que, “a RDA consiste num conjunto de instruções práticas, que, no entanto, baseia-se numa estrutura teórica que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova norma.”

Conforme Valencia et al (2012), a RDA foi projetada de acordo com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação e os modelos FRBR e o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Pensada para ambientes digitais e com a função de gerar um grupo de informações que alimentam as bases de dados atuais, criar estrutura para novos desafios de coleta e consulta de informações no futuro.

A RDA foi planejada pela comunidade da área de biblioteconomia, com foco principalmente no usuário e suas necessidades, sua estrutura tem características flexíveis e extensíveis, permitindo a descrição de todos os tipos de recursos, tanto de bibliotecas tradicionais como de outras unidades de informações, como arquivos e museus. Apresenta características peculiares, como as indicadas por Oliver (2011, p. 57):

- Princípios, objetivos e modelos conceituais;
- Foco no usuário;
- Estrutura extensível para a descrição de todos os tipos de recursos;

- Modo de publicação;
- Elementos de dados;
- Elementos adicionais;
- Elementos essenciais;
- Aceite aquilo que vê;
- Ressaltando as relações.

Oliver (2011) e Valencia et al (2012) indicam que a RDA pode ser considerada um conjunto de instruções práticas, composta por 38 capítulos; 10 seções com 37 capítulos; e 13 apêndices ordenados da seguinte maneira:

Tabela 5 - Estrutura da RDA

0 - Introdução
Seção 1: Registro de atributos de manifestação e item 1 - Diretrizes gerais para registro de atributos de manifestação e itens 2 - Identificação de manifestações e itens 3 - Descrição de suportes 4 - Provimento de informações sobre aquisição e acesso
Seção 2: Registro de atributos de obra e expressão 5 - Diretrizes gerais para registro de atributos de obra e expressão 6 - Identificação de obras e expressões 7 - Descrição de conteúdo
Seção 3: Registro de atributos de pessoa, família e entidade coletiva 8 - Diretrizes gerais para registro de atributos de pessoas, famílias e entidades coletivas 9 - Identificação de pessoas 10 - Identificação de famílias 11 - Identificação de entidades coletivas
Seção 4: Registro de atributos de conceito, objeto, evento e lugar 12 - Diretrizes gerais para registro de conceitos, objetos, eventos e lugares 13 - Identificação de conceito 14 - Identificação de objetos 15 - Identificação de eventos 16 - Identificação de lugar
Seção 5: Registro de relações primárias entre obra, expressão, manifestação e item 17 - Diretrizes gerais para registro de relações primárias entre uma obra, expressão, manifestação e item
Seção 6: Registro de relações de pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um recurso 18 - Diretrizes gerais para registro de relações de pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um recurso 19 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma obra 20 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma expressão 21 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma manifestação 22 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um item
Seção 7: Registro de relação de assunto 23 - Diretrizes gerais para o registro de assunto de uma obra
Seção 8: Registro de relações entre obras, expressões, manifestação e item 24 - Diretrizes gerais para registro de relações entre obras, expressões, manifestações e itens 25 - Obras relacionadas 26 - Expressões relacionadas

27 – Manifestações relacionadas 28 – Itens relacionados
Seção 9: Registro de relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas 29 – Diretrizes gerais para registro entre pessoas, famílias e entidades coletivas 30 – Pessoas relacionadas 31 – Famílias relacionadas 32 – Entidades coletivas relacionadas
Seção 10: Registro de relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares 33 – Diretrizes gerais para registro de relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares 34 – Conceitos relacionados 35 – Objetos relacionados 36 – Eventos relacionados 37 – Lugares relacionados
Apêndices A – Maiúsculas B – Abreviaturas C – Artigos iniciais D – Sintaxes do registro para dados descritivos E – Sintaxes do registro para controle do ponto de acesso F – Instruções adicionais para nomes de pessoas G – Títulos de nobreza, termos hierárquicos etc.
H – Datas no calendário cristão I – Designadores de relação: relações entre um recurso e pessoas, famílias, entidades coletivas associadas ao recurso J – Designadores de relação: relações entre obras, expressões, manifestações e itens K – Designadores de relação: relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas L – Designadores de relação: relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares M – Exemplos completos – registros bibliográficos

Fonte: Autoria própria (2016).

Como o foco é o usuário, a RDA foi pensada nas tarefas de usuários relativas a dados bibliográficos, o FRBR que são: encontrar; identificar; selecionar e obter; e, nas tarefas relativas do FRAD, encontrar; identificar; contextualizar e justificar; facilitando que esse usuário obtenha resultados em sua busca, o prof. Dr. Fernando Modesto (2015, p.1-2), aponta que:

Os dados criados usando a RDA para descrever um recurso são projetados para ajudar os usuários na execução das seguintes tarefas:

- Buscar – para localizar recursos que correspondem aos critérios de pesquisa declarados pelo usuário.
- Identificar – para confirmar que o recurso descrito corresponde ao procurado, ou para distinguir entre dois ou mais recursos com características semelhantes.
- Selecionar – para selecionar um recurso que é apropriado às necessidades do usuário.
- Obter – para adquirir ou acessar o recurso descrito.

Os dados criados usando a RDA para descrever uma entidade associada a um recurso (uma pessoa, família, entidade coletiva, conceito etc.) são projetados para ajudar os usuários a executar as seguintes tarefas:

- Buscar – para encontrar informações sobre essa entidade e recursos associados com a entidade.
- Identificar – para confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade buscada, ou para distinguir entre duas ou mais entidades com nomes similares etc.
- Clarificar – para esclarecer a relação entre duas ou mais entidades, ou para esclarecer a relação entre a entidade descrita e um nome pelo qual é conhecida a entidade.
- Compreender – para entender por que um determinado nome ou título ou forma de um nome ou título, foi escolhida como o nome preferido ou título para entidade.

Ainda segundo o autor, o FRBR é o conceito sobre a organização dos registros bibliográficos, baseado nas tarefas do usuário de encontrar, identificar, selecionar e obter. É dividido em três grupos com 10 entidades que possuem atributos próprios, como representado, com base nas autoras Mey e Silveira (2009), a seguir:

Tabela 6 – Modelo Conceitual FRBR

Grupo 1	- Obra - Expressão - Manifestação - Item	Obra: é a criação intelectual ou artística, o conteúdo intelectual em si. Expressão: é a realização intelectual ou artística da obra, como ela se expressa. Manifestação: é a materialização da expressão e da obra, o suporte físico do item. Item: é o exemplar, o objeto físico.
Grupo 2	- Pessoa - Entidade Coletiva	Pessoa: é o indivíduo relacionado à criação ou realização de uma obra ou expressão. Pode ser responsável pela produção e posse do item. Entidade Coletiva: é uma organização ou grupo de indivíduos que se relaciona à criação ou realização de uma obra ou expressão. Pode estar ligada ainda à produção de manifestação e à posse do item.
Grupo 3	- Conceito - Objeto - Evento - Lugar	Conceito: é uma noção ou ideia abstrata, sempre assunto da obra. Objeto: uma coisa material, sempre assunto da obra. Evento: uma ação ou ocorrência, como eventos históricos ou períodos históricos, é sempre assunto da obra. Lugar: um local, que pode ser geográfico, histórico, geopolítico etc., sempre é assunto da obra.

Fonte: Autoria própria (2016).

O FRAD é o modelo conceitual de descrição dos registros de autoridade. Seguido para representação de nomes pessoais, famílias e entidades coletivas, é a continuação do FRBR, relacionado ao Grupo 2. Diferentemente do FRBR não é separada em grupos, possui 16 entidades, algumas delas são parte do FRBR, e cada uma com atributos próprios. A

tabela abaixo, é baseada em apontamentos dos autores Votto (2013), Mey e Silveira (2009), e enfatiza o modelo FRAD:

Tabela 7 – Modelo Conceitual FRAD

Pessoa	Entidade relacionada ao Grupo 2 – FRBR – compreende à indivíduos reais e identidades bibliográficas estabelecidas ou adotadas: por um indivíduo; por duas ou mais pessoas; ou por um grupo.
Família	Duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, estado legal semelhante ou que se apresentem em família.
Entidade Coletiva	Entidade relacionada ao Grupo 2 – FRBR
Obra	Entidade relacionada ao Grupo 1 – FRBR
Expressão	Entidade relacionada ao Grupo 1 – FRBR
Manifestação	Entidade relacionada ao Grupo 1 – FRBR
Item	Entidade relacionada ao Grupo 1 – FRBR
Conceito	Entidade relacionada ao Grupo 3 – FRBR – Gerou o FRSAD
Objeto	Entidade relacionada ao Grupo 3 – FRBR – Gerou o FRSAD
Evento	Entidade relacionada ao Grupo 3 – FRBR – Gerou o FRSAD
Lugar	Entidade relacionada ao Grupo 3 – FRBR – Gerou o FRSAD
Nome	Como uma entidade é conhecida, inclui nomes de pessoas, famílias, instituições, pseudônimos etc.
Identificador	Um número, código, palavra, frase, logotipo, dispositivo, associado a uma única entidade e que serve para distingui-la.
Ponto de acesso controlado	Um nome, termo, código, entre outros, sob o qual um registro bibliográfico será encontrado.
Regras	Um conjunto de instruções relativas à formulação e, ou, registro dos pontos de acesso controlados. Abrange as regras de catalogação e os códigos.
Agência	Uma organização responsável por criar e modificar um ponto de acesso controlado. Inclui bibliotecas, museus, arquivos etc.

Fonte: Autoria própria (2016).

Votto (2013) destaca também o FRAD, modelo conceitual ligado à representação temática, que serve para dar embasamento aos cabeçalhos de assunto ou tesouros. É uma continuação do FRBR e FRAD, tendo as mesmas autoridades do Grupo 3 do FRBR.

Os modelos conceituais estão relacionados e interagem entre si, o catalogador deve ter em mente que os modelos não são códigos, mas sim modelos que são seguidos pelos elaboradores dos códigos ou normas de catalogação.

4.2 PROPOSTA DE CATALOGAÇÃO DE INDUMENTÁRIA

A catalogação realizada em museus implica na descrição detalhada do item, no registro da biografia desse item, das características físicas pormenorizadas, servindo como fonte de informação para pesquisa, além da identificação e localização no acervo

físico e virtual. Nesse sentido, busca-se a partir das informações de uma peça de indumentária, fornecidas pela analista de documentação do MI, propor uma catalogação utilizando os princípios da IFLA e o código RDA.

Figura 4: Jaqueta Anorak



Fonte: Secassi. Museu da Imigração do Estado de São Paulo ([2016a]).

Figura 5: Detalhes da Jaqueta Anorak



Fonte: Secassi. Museu da Imigração do Estado de São Paulo ([2016b]).

A seguinte proposta foi pensada para diversas unidades de informação, entre elas museus, modatecas ou coleções particulares, que mantenham em seus acervos, indumentárias, sejam compostas por roupas ou acessórios, tais como chapéus, sapatos, luvas entre outros.

Na catalogação da indumentária foi pensado como o usuário poderia recuperar a informação, quais eram as informações mais importantes para o usuário, para a organização da coleção e para a Unidade de Informação. Procurou-se detalhar adequadamente algumas informações, para deixar melhorar a catalogação, quanto à representação informacional sobre as peças.

Utilizou-se um modelo de tabela, com campos específicos para indumentária, também não foram inseridas abreviações para descrever o item, que é uma das orientações da RDA.

Inicialmente, observando a imagem, iniciou-se um levantamento das informações consideradas relevantes, mesmo que essas não tivessem sido listadas na descrição fornecida pela analista. Posteriormente, as informações foram organizadas de acordo com os modelos conceituais e a RDA.

Houve uma preocupação com o detalhamento da peça, que pode ser observado na tabela nos campos manifestação e item, também em relação ao evento, já que a indumentária também serve para recontar um período histórico ou um evento. Compreendeu-se que seria necessário incluir informações sobre a conservação e guarda do item, inclusive pensando no acondicionamento da peça, pois dependendo da Unidade de Informação, pode haver o empréstimo desse material, portanto se faz imprescindível ter as informações detalhadas de tamanho, guarda, acondicionamento e valor de seguro.

Alguns itens e informações são especificíssimos, porém, uma das habilidades do bibliotecário é estar apto para buscar a informação. Nesse sentido, a pesquisa e a coleta pelos itens da área de moda foram em sites e obras da área, isso auxiliou na descrição de partes da peça, como a indumentária, que ainda passou por modificações, já que a antiga proprietária fez a aplicação de patches (emblemas feitos em tecidos e bordados), para catalogá-los com mais acerto, levando a uma consulta em uma Instituição especializada na cultura alemã, o Instituto Goethe.

A proposta é um projeto flexível e pode ser ampliada ou reduzida, conforme a necessidade, a intenção de quem a usa e a missão da Instituição e da Unidade de Informação.

Abaixo está a proposta sugerida para o modelo de jaqueta Anorak:

Tabela 8 - Proposta de Catalogação

FRBR - Grupo 1	OBRA	Título	Anorak
	EXPRESSÃO	Forma	Jaqueta
		Variação da forma	Casaco
		Variação da forma	Eisenhower
	MANIFESTAÇÃO	Descrição da peça	Jaqueta militar, cor verde, fechamento frontal com zíper, bolsos laterais na cintura e capuz
		Gênero da peça	Masculino
		Manga (Medidas)	69 centímetros
		Ombro (Medidas)	15 centímetros
		Cintura (Medidas)	55 centímetros
		Tórax (Medidas)	60 centímetros
		Altura (Medidas)	75 centímetros
		Manga (Medidas)	69 centímetros
		Meio físico	Tecido e metal
		Descrição do suporte	Tecido
		Outra designação	Sarja
		Material	Algodão
		Cor	Verde
		adicional do suporte	Aviamento
		Outra designação	Zíper
		Outra designação	Braguilha
		Outra designação	Fecho
		Modelo	Zíper reforçado
		Material	Metal
		Cor	Prata
	Tamanho	65 centímetros	
	Aquisição	Doação	
	Data da aquisição	00/00/0000	
	ITEM	Nome do fornecedor(a)	HAESBICH, Eva Maria Augusta Boeck
Resumo da história do item		A doadora adquiriu a jaqueta entre os anos de 1949 e 1950, na cidade de Heidelberg na Alemanha, onde morava na época. Era uma jaqueta militar do Exército dos Estados Unidos, que possuía tropas alojadas na região no período da Segunda Guerra Mundial. A peça foi tingida e dividida em duas partes. A doadora ficou com o forro e fez uma	

	ITEM		viagem de bicicleta para Barcelona vestindo a jaqueta. Segundo a doadora ela vestiu a peça até a década de 1990.
		Condição do item	Bom estado de conservação
		Descrição da conservação	A roupa não apresenta rasgos ou furos.
		Integridade	Peça está completa
		Higienização	Sim
		Data da higienização	00/00/0000
		Guarda	Peça deve ser guardada aberta na horizontal, dentro de caixa e embalada em papel de seda
		Embalagem	Caixa de polietileno com tampa e fundo forrado de espuma com espessura de 2 centímetros
		Tamanho da Embalagem	Comprimento: 79 centímetros Largura: 64 centímetros Altura: 6 centímetros
		Data da avaliação	00/00/0000
		Responsável pela avaliação	Nome da conservadora
		Número de registro	
		Classificação	
		Status	Disponível
		Localização	Reserva Técnica Corredor: 000 Prateleira: 000 Caixa: 000
		Data do inventário	00/00/0000
Data do registro	00/00/0000		
FRAD	Entidade coletiva	Fabricante	Exército dos Estados Unidos da América
		Outra designação	Unites States Army
		Campo de atividades	Forças Armadas
		Endereço	Sede - Pentágono - Arlington, Virgínia - Washington, DC
FRSAD	Lugar e evento	Local de fabricação/ Origem	Estados Unidos da América ou Alemanha
		Local de uso	Heidelberg/ Alemanha
		Data da fabricação	Aproximadamente 1943
		Período histórico	Século XX

		Período específico da história	Segunda Guerra Mundial
	<i>Thema - Nomen</i>	Palavras-chave	- Indumentária - Indumentária – Séc. XX - Vestimenta Militar - Segunda Guerra Mundial - Heidelberg – Alemanha

Fonte: Autoria própria (2016).

Com base nas informações foi possível a tentativa de realizar uma proposta ampla. Algumas considerações puderam ser feitas, o catalogador não deve se ater apenas à peça e à descrição feita pelo fornecedor, mas sim, buscar o máximo de informações possíveis, em outros locais ou na web. Além disso, há o cuidado com a preservação da vestimenta, quanto mais detalhes estiverem na representação melhor, assim será possível evitar o manuseio desnecessário da peça.

Pensou-se na representação histórica da indumentária, sendo fundamental destacar ao máximo na catalogação os períodos históricos e os locais, tanto de onde ela foi feita, como onde ela foi usada.

A RDA e os modelos conceituais permitem ao catalogador, amplas possibilidades, ele não precisa se prender apenas em seguir a norma e colocar apenas as informações mais básicas, pelo contrário, pode buscar informações além, fazer com que a catalogação fique ampla, inclusive facilitando a recuperação da informação para o usuário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento desta pesquisa foi possível constatar que a indumentária evoluiu conforme as necessidades dos seres humanos, deixando de ser usada como simples proteção e se tornando um código de identidade. O indivíduo passou a se vestir para demonstrar quem era, qual seu *status* social, à qual sociedade ou grupo pertencia e, até mesmo, por vaidade.

Nota-se que por meio das roupas é possível contar um pouco da história de um povo, de como se relacionavam e em que período viveram. Com o passar dos anos novas técnicas foram desenvolvidas e no século XV surge o termo Moda, vindo do latim, *modus* ou costume.

Verificou-se que diversas instituições mantêm trajes em suas coleções, como uma forma de relatar a história dos antepassados e da própria moda, um meio de demonstrar

como ela evoluiu no decorrer dos anos. Uma das instituições que tem um acervo de indumentária é o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, em sua coleção há aproximadamente 700 peças de indumentárias, entre elas, roupas do dia a dia, vestidos de noiva, roupas de batismo, chapéus etc.

Atualmente o acervo do Museu da Imigração está passando por um inventário, as peças estão passando por um arrolamento, processo onde o analista faz um levantamento de informações, para realizar posteriormente a catalogação no sistema.

Segundo Yassuda (2009), diferentemente da Biblioteconomia, que segue normas de catalogação; na museologia, cada instituição cria suas próprias normas, que podem ser consultadas na Web e servir de inspiração para outras instituições.

Na exploração temática realizada, observou-se que a catalogação sempre esteve presente no dia a dia das bibliotecas, inicialmente eram apenas catálogos dos materiais existentes na coleção, com informações simples como título da obra, autor, responsável pelas informações etc. No século XIX, surgem os maiores estudiosos do assunto, como Panizzi, Jewett, entre outros, que publicaram diversas pesquisas sobre o assunto e desenvolveram os primeiros códigos de catalogação.

No século XX, foram desenvolvidos os códigos ISBD e o AACR, esse foi elaborado por três associações da área de biblioteconomia, após 10 anos, passou por uma atualização, que deu origem ao AACR2. Na primeira década do ano 2000, propôs-se uma nova revisão para o AACR2, no ano de 2005, as alterações realizadas deram origem a norma de catalogação, a RDA, pensada para o ambiente virtual e com foco no usuário.

Constatou-se que a RDA não é destinada apenas à área de biblioteconomia, podendo ser utilizada em qualquer unidade de informações e serve para qualquer suporte. O catalogador descreve o objeto como ele vê, podendo inserir diversas informações que considera importante para descrição do mesmo e principalmente que permita que o usuário consiga recuperar o que procura por intermédio de qualquer informação que apresente.

Um dos objetivos desta pesquisa foi criar a proposta de catalogação de uma peça de indumentária pertencente ao Museu da Imigração. A instituição forneceu a imagem e sua descrição, com base nesse material, foi feito um levantamento de quais os dados seriam relevantes para elaboração da catalogação. A proposta tem a ambição de atender qualquer unidade de informação que mantenha em sua coleção peças de indumentárias, sejam elas vestimentas ou acessórios.

A proposta foi feita levando em consideração, o usuário quais eram as informações mais relevantes sobre a peça e seu contexto histórico. A catalogação está diretamente ligada à recuperação da informação, uma catalogação ampla e bem elaborada permite que o usuário consiga obter mais facilmente o que procura.

A catalogação tem ligação com a conservação e preservação da peça, uma representação detalhada evita que a indumentária seja manipulada diversas vezes e sem necessidade. Também na própria catalogação pensou-se em informar sobre a condição da peça, seu tamanho e armazenamento, isso é importante principalmente se ocorrer o empréstimo da indumentária para outras instituições.

Apesar da RDA ainda estar em desenvolvimento, alguns países já estão adotando a norma para realizar suas catalogações, no Brasil estão surgindo diversos estudos realizados por professores como, o professor Dr. Fernando Modesto da Universidade de São Paulo. A primeira biblioteca a utilizar a RDA para a catalogação de seu acervo é da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, desde o ano de 2016, já está inserindo seus cadastros seguindo as normas da RDA. Porém percebeu-se que ainda há muito o que ser estudado da norma.

Assim como resultado da pesquisa, percebeu-se que para realização da proposta é necessário consultar os modelos conceituais elaborados pela IFLA, a RDA e diversos artigos, entre outras fontes, além disso é relevante catalogar a peça como esta é vista, refletir sobre a sua importância, como pode recontar a história, identificar qual seu período histórico, se estava relacionada a algum fato marcante, à qual nação pertencia, qual sua utilidade entre outros, pois cada peça que está presente na coleção é parte da história e possui uma memória, que deve ser mantida e preservada.

REFERÊNCIAS

ABRAOSC. Organizações Associadas. **Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e Imigração (SP)**. [2016]. Disponível em: <http://abraosc.org.br/associados/instituto-de-preservacao-e-difusao-da-historia-do-cafe-e-da-imigracao-sp/>. Acesso em: 04 out. 2016.

ALVES, R. C. V.; SANTOS, P. L. V. A. da C. **Metadados no domínio bibliográfico**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2013.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/ Brasilart, 1978.

BRAGA, J. **História da moda: uma narrativa**. 3. ed. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2004.

COTRIM, G. **História global**: Brasil e geral. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DANTAS, G. C. da S. **O surgimento da moda**. [201-]. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/o-surgimento-moda.htm>. Acesso em: 13 set. 2016.

FRANCE PRESSE (Paris). **Acontecimentos que marcaram a primeira década do século XXI**. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1428190-5602,00-ACONTECIMENTOS+QUE+MARCARAM+A+PRIMEIRA+DECADA+DO+SECULO+XXI.html>. Acesso em: 02 ago. 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KÖHLER, C. **História do vestuário**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAVER, J. **A roupa e a moda**: uma história concisa. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

MACHADO, M. L. de A. et al. **Vai e vem**: imigra, migra e emigra. In: XXIX PROGRAMA DE FORMAÇÃO CULTURA DO INSTITUTO GIRASSOL, 2014, São Paulo. Disponível em: <http://www.pixfolio.com.br/arq/1418149267.pdf>. Acesso em: 17 set. 2016.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MONTEIRO, C. dos S. **Sistemas de alimentação de catálogos e bases de dados**. 2003. 172 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003. Disponível em: <http://bibliodata.ibict.br/geral/docs/2Históricodacatalogação.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

MORAES, J. G. V. de. **Caminhos das civilizações**: da pré-história aos dias atuais. 19. ed. São Paulo: Atual, 2000.

NERY, M. L. **A evolução da indumentária**: subsídios para criação de figurino. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

SABINO, M. **Dicionário de moda**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista de Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/237/235>. Acesso em: 23 set. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. **Museu da Imigração do Estado de São Paulo**. [2016a]. Disponível em: <http://www.sisemsp.org.br/>. Acesso em: 17 set. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Plano museológico**. [201-]. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Plano-Museologico.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. **Sistema Estadual de Museus de São Paulo**. [2016b]. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/>. Acesso em: 17 set. 2016.

SECASSI, C. **[Jaqueta Anorak]**. São Paulo. Museu da Imigração. [2016a]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/museudaimigracao/26386501583>. Acesso em: 31 set. 2016.

SECASSI, C. **[Detalhes Jaqueta Anorak]**. São Paulo. Museu da Imigração. [2016b]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/356628864223965412/>. Acesso em: 01 nov. 2016.

VALENCIA, M. C. P.; SILVA, A. G. História da moda: da Idade Média à contemporaneidade do acervo bibliográfico do Senac – Campus Santo Amaro. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 102-112, jan. 2012. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/73>. Acesso em 10 jul. 2016.

VALENCIA, M. C. P.; SILVA, A. G. et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica *Resource Description and Access* (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-122, jan. 2012. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/74/76>. Acesso em 26 set. 2016.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História para o ensino médio**: história geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002. (Série Parâmetros).

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf. Acesso em: 21 out. 2016.